

**A EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROJETO SOCIOPOLÍTICO NO BRASIL: O “EU”
EMPREENDEDOR E O “EU” REAL**

**LA EDUCACIÓN BÁSICA Y EL PROYECTO SOCIOPOLÍTICO EN BRASIL: EL “YO”
EMPRESARIAL Y EL “YO” REAL**

**BASIC EDUCATION AND THE SOCIO-POLITICAL PROJECT IN BRAZIL: THE
ENTREPRENEURIAL “SELF” AND THE REAL “SELF”**



Sandra Aparecida Ortiz LARROSA¹
e-mail: sandra.ortiz1981@gmail.com



Suelen Regina Gomes GONÇALVES²
e-mail: suelenrggoncalves@gmail.com



Jani Alves da Silva MOREIRA³
e-mail: jasmoreira@uem.br

Como referenciar este artigo:

LARROSA, S. A. O; GONÇALVES, S. R. G; MOREIRA, J. A. S.
A Educação Básica e o Projeto Sociopolítico no Brasil: O “eu”
empreendedor e o “eu” real. **Revista Ibero-Americana de Estudos
em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024137, 2024. e-ISSN:
1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.19017>



- | Submetido em: 08/02/2024
- | Revisões requeridas em: 14/03/2024
- | Aprovado em: 26/03/2024
- | Publicado em: 21/10/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Doutoranda em Educação pela UEM.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Mestranda em Educação pela UEM.

³ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora Adjunta. Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP).

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar o projeto sociopolítico para a educação básica no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 até a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos em 2007, a qual deu ênfase na orientação do empreendedorismo como forma de aquecimento da economia e reestruturação do capital pós-crise. Como parte desse projeto, examina-se, no âmbito da educação básica, as influências da BNCC no que se denomina “Eu” empreendedor. Para tanto, foi realizado um estudo de tipologia bibliográfica, exploratória e documental, com abordagem qualitativa. A partir do referencial teórico crítico e contextualizado, delineou-se uma análise tendo como base as categorias da totalidade histórica, contradição e hegemonia. Os resultados evidenciam o propósito do projeto sociopolítico para a educação básica tendo como cerne o discurso empreendedor como a forma de continuidade da sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Sociopolítico. Educação Básica. Indivíduo Empreendedor.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el proyecto sociopolítico de la educación básica en Brasil desde la Constitución Federal de 1988 hasta la crisis financiera de 2008, iniciada en Estados Unidos en 2007, que enfatizó la orientación del emprendimiento como forma de calentar la economía y reestructuración del capital post-crisis. En el marco de este proyecto, en el ámbito de la educación básica, se examinan las influencias del BNCC sobre lo que se llama el “yo” emprendedor. Para ello se realizó un estudio de tipología bibliográfica, exploratoria y documental, con enfoque cualitativo. Desde el marco teórico crítico y contextualizado, se trazó un análisis basado en las categorías de totalidad histórica, contradicción y hegemonía. Los resultados resaltan el propósito del proyecto sociopolítico de educación básica, teniendo como núcleo el discurso emprendedor como forma de continuidad de la sociedad capitalista.

PALABRAS CLAVE: Proyecto Sociopolítico. Educación básica. Individuo Emprendedor.

ABSTRACT: This article aims to analyze the sociopolitical project for basic education in Brazil since the Federal Constitution of 1988 until the financial crisis of 2008, which began in the United States in 2007, which emphasized the orientation of entrepreneurship as a way of warming up the economy and post-crisis capital restructuring. As part of this project, within the scope of basic education, the influences of the BNCC on what is called the entrepreneurial “I” are examined. To this end, a bibliographic, exploratory and documentary typology study was carried out, with a qualitative approach. From the critical and contextualized theoretical framework, an analysis was outlined based on the categories of historical totality, contradiction and hegemony. The results highlight the purpose of the sociopolitical project for basic education, having at its core the entrepreneurial discourse as the form of continuity of capitalist society.

KEYWORDS: Sociopolitical Project. Basic education. Entrepreneurial Individual.

Introdução

As mudanças constantes na economia mundial, seja de crescimento ou de recessão, influenciam todos os setores da sociedade, o que geram implicações significativas na vida dos indivíduos. A compreensão das dinâmicas sociais e econômicas contribui para o entendimento do movimento das políticas públicas desenvolvidas a partir das demandas, valores e comportamentos de consumo demonstrados pela sociedade.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, com a intensificação de medidas econômicas de ajustes estruturais neoliberais, dentre elas a privatização, desregulamentação, ampliação da liberalização econômica e diminuição da intervenção estatal, influenciaram significativamente as economias e sociedades, permitindo amplificar ações do Estado ajustadas aos anseios do mercado, tendo o crescimento de modelos mistos de gestão pública com orientações neoliberais. Esse movimento destacou-se, também, na educação, que a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Unesco, 1990) e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 (Brasil, 2019), sob os auspícios da Constituição Federal de 1988 quando, em seu artigo 205, estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a **colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, grifos nossos).

A partir de 2008, momento marcado pela crise financeira desencadeada nos Estados Unidos em 2007 (Puello-Socarrás, 2021), emerge a necessidade de uma análise aprofundada e atualizada do projeto voltado para a educação básica no Brasil. A conjuntura pós-crise demandou a formulação de estratégias que não apenas revitalizaram a economia, mas que também promovessem uma reestruturação do capital.

Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar como o projeto sociopolítico para a educação básica reflete na influência do discurso empreendedor como meio de impulsionar a economia e moldar a estrutura capitalista em um período pós-crise. A problemática envolve a compreensão de como esse enfoque empreendedor influencia nas práticas educacionais e nos currículos escolares para a formação dos indivíduos.

Para tanto, o presente estudo adota uma abordagem metodológica que combina tipologia bibliográfica, pesquisa exploratória e documental, sendo permeada por uma análise qualitativa. A escolha dessas metodologias se justifica pela necessidade de contextualizar o projeto

sociopolítico no panorama educacional brasileiro, a partir de orientações para a educação no período pós-crise de recessão⁴.

Para dar conta do proposto, inicialmente aborda-se aspectos relevantes sobre o contexto histórico e econômico a partir da crise de 2008 que culminou na formulação do projeto sociopolítico para a educação básica no Brasil pós-crise. Na sequência, busca-se demonstrar como a educação básica está planejada para que as demandas do mercado sejam atendidas, por meio de uma visão empreendedora orientada por instituições internacionais. A pesquisa utilizou como base teórica o referencial do materialismo histórico, no qual as análises foram mediadas essencialmente pelas categorias totalidade histórica, contradição e hegemonia. A presença dessas categorias está no decorrer do texto, ao permear a compreensão analítica das discussões, no qual auxiliam na mediação para a apreensão do contexto histórico e das orientações políticas atuais que envolvem e engendram as políticas e práticas pedagógicas na educação básica.

A compreensão do fenômeno investigado por meio dessas categorias de análise, não se refere à uma prescrição, mas iluminam o fenômeno para elucidar elementos implícitos no âmbito da educação enquanto projeto sociopolítico da sociedade capitalista, como explica Cury:

A presença da educação numa totalidade concreta manifesta essa totalidade ao mesmo tempo em que a produz, uma vez que os homens não são meros produtos sociais, mas também agentes históricos. Essa manifestação-produção que toma a forma da visão hegemônica de mundo é contraditória com a realidade que a sustenta. Ao explicar e refletir os valores dominantes na sociedade, impondo-lhes validade cognoscitiva da ordem vigente, o caráter contraditório do real possibilita uma tematização diferente e divergente da justificação existente (Cury, 1979, p. 53).

Por conseguinte, ao tecer essa mediação analítica, pretende-se alcançar como resultado o entendimento de como o discurso empreendedor transpassa no propósito do projeto sociopolítico, influenciando a estrutura e organização da educação básica e colocando-a como parte integrante da continuidade e manutenção da sociedade capitalista. Finalmente, serão apresentadas as considerações finais, a fim de consolidar as principais análises obtidas e apontar possíveis direções para futuras pesquisas nesta área.

⁴ Nominamos que a partir de 2008 ocorreu a crise econômica de recessão que, segundo Tonelo (2021, p. 14) “significou uma transformação indeclinável a uma nova dinâmica do capitalismo neoliberal dos anos 1990 e suas formas de equilíbrio instável, para além dos fluxos e refluxos das tendências políticas vigentes no capital imperialista internacional”.

Crise Financeira de 2008

Ao tratar sobre o projeto sociopolítico para a educação básica e como se delineiam as influências do discurso empreendedor na educação, buscou-se a compreensão de marcos históricos que representaram movimentos sóciometabólicos do capital, que desencadeiam processos de reestruturação em períodos de pós-crise, no qual também impulsionaram movimentos de reformas educativas. Desse modo, as discussões neste item fazem um recorte analítico para inserir aspectos basilares sobre a compreensão de como se deu a inserção do tema “empreendedor de si e empreendedorismo” como conteúdo escolar.

Nos períodos de recessão da economia as questões sociais, culturais, tecnológicas, políticas e educacionais moldam as relações do capital e, segundo Evans (2011), desde a Segunda Guerra Mundial, as economias capitalistas têm sido impactadas por uma extensa sequência de crises econômicas, sendo a mais recente a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos em 2007 com a crise do mercado imobiliário.

Incentivados pelas oportunidades lucrativas, os bancos se depararam com uma crescente demanda por empréstimos. Assim que o crescimento subiu, os salários e outros preços começaram a subir e corroer os lucros. Ao mesmo tempo, o preço dos ativos (ações, terras e mesmo matérias-primas) aumentou e se incentivou a compra especulativa, muitas vezes financiada por empréstimos, o que elevou os preços ainda mais (Evans, 2011, p.10).

Diante desse rápido crescimento econômico, houve uma alavancagem financeira a partir das especulações do mercado imobiliário com empréstimos hipotecários de alto risco. Todo esse movimento causou um colapso na economia com o estouro da bolha dos preços ativos e uma significativa recessão na produção, no emprego e na renda, levando à falência as empresas menores e sem muitos recursos, desencadeando uma crise financeira global (Evans, 2011), também denominada por Tonelo (2021) de uma dinâmica internacional pós-2008 configurada como grande recessão:

[...] é a expressão da falência da dinâmica de acumulação do capital internacional durante quase três décadas, período conhecido como neoliberalismo. As contradições desse modelo, no entanto, não se manifestaram a partir de lutas do mundo do trabalho em prol da transformação radical das sociedades, mas dos próprios limites atingidos pelo capital no interior de seu metabolismo (Tonelo, 2021, p. 17).

Essa crise financeira global, na visão de Puello-Socarrás (2021), é um evento de grande magnitude, situando-o no contexto mais amplo da crise do capitalismo histórico. Isso sugere que a crise não foi apenas um incidente isolado, mas revelou fragilidades estruturais profundas no sistema econômico global. A menção à reconfiguração do neoliberalismo destaca as mudanças transformadoras nas políticas econômicas que ocorreram como resultado da crise.

O neoliberalismo que, historicamente, defendia a primazia do mercado e a mínima intervenção estatal, parece ter sido revisto à luz das falhas evidentes durante a crise, podendo incluir ajustes regulatórios e uma ênfase renovada na responsabilidade social corporativa. Segundo o próprio autor:

No balanço das práxis ideológicas, a atualização e a renovação do neoliberalismo no século XXI explicam-se pelo influxo cognitivo reativados pelas correntes da Heterodoxia neoliberal (Puello-Socarrás, 2017). Trata-se de uma tendência na virada do século que adquire ainda mais relevância a partir do choque financeiro global de 2007/2008, um episódio sem paralelo no aprofundamento da crise do capitalismo histórico e resumido nesta forma pelo próprio neoliberalismo: (...) a crise de Wall Street é para o fundamentalismo do mercado o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo: ela diz ao mundo que este modo de organização econômica é insustentável. No final, todos dizem, esse modelo não funciona. (Puello-Socarrás, 2021, p. 45).

A crise de 2008 teve implicações econômicas, políticas e sociais que simbolizam o colapso de um sistema político. Trata-se de uma crise financeira que também representou uma crise de confiança no sistema econômico global vigente, exigindo uma revisão mais profunda de paradigmas econômicos, no qual o neoliberalismo tornou-se mais intenso e perverso, denominado pelo autor de “novo neoliberalismo” ou como denomina Dardot e Laval (2016), de uma face bárbara do ultraneoliberalismo.

Além disso, ao mencionar as repercussões em várias esferas da sociedade, Puello-Socarrás (2021) sugere que a crise não se limitou ao setor financeiro, influenciou questões sociais, políticas e culturais, e pode ter contribuído para o aumento da desigualdade, além de ter desencadeado movimentos sociais moldados às agendas políticas em níveis globais.

Reconhecer a crise financeira de 2008 como um marco na reorganização do neoliberalismo destaca a natureza dinâmica das ideologias econômicas. A crise pode ter servido como um catalisador para uma revisão das premissas do neoliberalismo, resultando em uma abordagem mais perversa para as mudanças no panorama laboral, que reconhece a necessidade de regulamentação efetiva e respostas apropriadas em tempos de crise, para única e exclusivamente manutenção do capital. Estes aspectos combinados sublinham a complexidade

e abrangência dos efeitos da crise de 2008, influenciam no âmbito econômico, social, político e ideológico. Adentram no contexto educacional mediante reformas, em mudanças na política educacional, a partir da produção de programas, ações, projetos, documentos norteadores e legislações que expressam os movimentos de correlações de força dos agentes que influenciam na elaboração das políticas públicas. Sobre isso, elucida Antunes (2017), que as reformas:

[...] trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma “educação”) flexibilizada para atender as exigências e os imperativos empresariais; uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho “polivalente”, “multifuncional” e flexível (Antunes, 2017, p. 12).

Assim sendo, o contexto de reformas curriculares representa um intenso processo de reorganização, envolvendo mudanças que delineiam e ajustam a gestão escolar, as práticas pedagógicas, a formação de professores e a avaliação. Trata-se de um conjunto de alterações que representa um projeto sociopolítico, culminando com a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contendo nela os direcionamentos substanciais do empreendedorismo na formação de crianças e jovens.

Projeto Sociopolítico para a Educação Básica

Desde a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, considerada como a constituição cidadã, devido aos movimentos sociais que defendeu, até as legislações e documentos orientadores mais atuais, percebe-se a abertura de possibilidades para o setor privado atuar no contexto educacional público como forma do aprimoramento da qualidade da educação e preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Para Dutra (2018), a CF foi criada num período de redemocratização política com processo constituinte forjado que, por meio da ideia da democracia, permitiu autonomias públicas e privadas. Andrade (2023) acrescenta que a ideia de uma Base Comum para os currículos escolares nasceu justamente no âmbito da luta contra a perniciosa política educacional da ditadura civil-militar.

Ao mesmo tempo que tivemos a intenção de resgatar a liberdade e a pluralidade do ensino, foi dada a abertura para a ampliação da atuação do setor privado no âmbito público. Nos artigos 209 e 213 da CF está previsto, sequencialmente, que “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I- cumprimento das normas gerais da educação

nacional; II- autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Já no artigo 213 está disposto que “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei” (Brasil, 1988). Em complemento a esse processo, o artigo 214 da CF prevê a implementação de um plano nacional de educação decenal, destacando em seu inciso IV a formação para o trabalho, reforçando a necessidade e a possibilidade de fortalecer as alianças com todos os níveis, inclusive com o setor privado, como destaca a Conferência Mundial de Educação para Todos da Unesco, realizada em Jontiem em 1990, em seu artigo 7,

Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias (Unesco, 1990).

Diante deste contexto, a CF e a Conferência de Jontiem apresentaram diretrizes para o direcionamento de uma educação sob os auspícios das recomendações neoliberais, com foco no desenvolvimento do indivíduo para o trabalho. Essas influências representam meios para a consolidação do papel do Estado como promotor de políticas sociais, mas não o único responsável (Pires, 2021). É importante destacar que avanços aconteceram nesse período, considerado como desenvolvimentista nas áreas sociais, no entanto, trata-se de uma parte do projeto sociopolítico para a educação básica.

Com a aprovação da LDB, em 1996, verifica-se a continuidade do projeto sociopolítico logo em seu primeiro artigo, no *caput* 2º, ao estabelecer que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, tendo os interesses capitalistas representados nas orientações de como a educação deve estruturar-se para suprir as demandas do mercado de trabalho, valorizando habilidades e competências laborais ao formular os currículos escolares.

Diante dessas orientações, percebe-se os interesses do capital em alcançar uma mão de obra qualificada, produtiva e de oferecimento de serviços, por meio da escolarização, mesmo que as determinações legais da CF e da LDB envolvam a educação como um direito universal de responsabilidade estatal, indicando uma educação voltada para o desenvolvimento pleno do indivíduo. No entanto, a progressiva introdução da lógica de mercado na educação, observada

por Adrião (2022) e Freitas (2018), sinaliza uma mudança preocupante. A crescente participação de entidades privadas, corporações, e até igrejas na gestão e decisão das políticas educacionais aponta para uma privatização do espaço educativo, um fenômeno intrinsecamente ligado ao ultraneoliberalismo, que traz implicações sobre como desenvolver as práticas pedagógicas e a formação dos indivíduos, nomeadamente no currículo formativo dos níveis de escolarização, pois “As questões econômicas, sociais e culturais influenciam significativamente na forma de se pensar uma organização de mundo e da educação no currículo que se almeja” (Amarante; Moreira, 2019, p. 10). Desse modo, “[...] a proposta da BNCC se pautava ao atendimento da lógica mercantil, que busca padronizar o currículo com ênfase na melhora dos índices das avaliações em larga escala” (Amarante; Moreira, 2019, p. 10, 14).

A CF de 1988 e a LDB estabeleceram esta tendência neoliberal e, como destacado por Moreira (2015), trazem consigo um conjunto de consequências para a gestão pública e o delineamento de políticas educacionais. A ênfase na eficiência, na competitividade e na preparação dos alunos para atender às demandas do mercado de trabalho pode facilmente ofuscar outros objetivos educacionais, como a formação crítica, a cidadania ativa e o desenvolvimento pessoal. Além disso, a influência do setor privado na educação cria um cenário onde o acesso e a qualidade da educação podem se tornar cada vez mais dependentes da capacidade financeira dos alunos e suas famílias, contrariando o princípio de igualdade e universalidade que deveria reger a educação pública.

Dando sequência na trajetória das influências econômicas na educação básica, no período da crise financeira de 2008 ocorreu um grande colapso econômico que influenciou as sociedades do mundo e a educação sofreu impactos significativos com a diminuição de investimentos. Mas, como forma de reconstrução da economia, Puella-Socarrás (2022, p.1138) destaca que “[...] o empreendedorismo tem tido uma influência descritiva, mas sobretudo, prescritiva, sobre as (contra)reformas neoliberais do Estado e seus aparatos, e também sobre a (re)construção do seu próprio regime estatal, governamental e gerencial”.

A prescrição do empreendedorismo, citado pelo autor acima, está prevista nos documentos atuais que regem a educação, sejam internacionais ou nacionais, no qual um novo pilar de aprendizagem acrescido por influência da Unesco se concebe, sendo o “aprender a empreender”, conforme aponta Caetano (2021). Nas análises da autora, a educação está subordinada aos interesses das relações capitalistas, considerada como um produto que está a serviço do mercado. No Brasil, a BNCC traz a lógica da aprendizagem baseada em habilidades e competências e da avaliação padronizada como parte estrutural da educação básica.

O empreendedorismo, enquanto conteúdo curricular, está presente nas etapas da educação básica quando a BNCC orienta para o desenvolvimento de competências socioemocionais, a partir de suas dez competências gerais. Na sexta competência, pode-se verificar, mais claramente, esta intenção ao citar as relações do mundo do trabalho alinhadas ao projeto de vida:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018).

Além das competências socioemocionais, a BNCC direciona uma formação focada no empreendedorismo, educação financeira e meritocracia, responsabilizando os indivíduos pelos fracassos e conquistas, enquanto empreendedor de si Peroni, Caetano e Arelaro (2019). Esse direcionamento se observa na versão final da BNCC (Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), onde de acordo com Bucioli, Moreira e Ramos (2022, p. 158) uma das finalidades do ensino médio é proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores, visando promover “[...] empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (Brasil, 2018, p. 466).

Além disso, segundo o próprio documento, deve-se

[...] prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (Brasil, 2018, p. 466).

Ao estabelecer o desenvolvimento de atitudes e posturas empreendedoras, a BNCC (Brasil, 2018) busca formar jovens que construam suas aspirações baseadas em sonhos - projetos de vida - que sejam resilientes, flexíveis, adaptáveis em relação à empregabilidade e mercado de trabalho instável. A BNCC foi inserida em um contexto marcado por mudanças políticas e sociais significativas desde a CF de 1988 e a LDB de 1996, assim muitos aspectos refletem a tensão entre o ideal de uma educação universal e inclusiva e as influências do

neoliberalismo no setor educacional. Enquanto tentativa de padronizar a educação em todo o território nacional, encontra-se em um terreno complexo, onde as forças do mercado e as políticas neoliberais estão presentes de forma dominante, aproximando o empreendedorismo da educação básica. Para Caetano (2021, p.121),

[...] o sujeito passa a ser visto como empreendedor de si, pois terá que se adaptar ao mundo do individualismo, da competição e da responsabilização, não apenas ao processo produtivo, mas à responsabilização por sua condição de empregabilidade. Isso porque o mercado de trabalho, cada vez mais restrito e competitivo, é entendido como uma situação que depende fundamentalmente do desempenho de cada um e de seu mérito.

Portanto, a implementação da BNCC no Brasil está vinculada a esse contexto de influências neoliberais na educação como uma continuidade de um projeto sociopolítico para a educação básica. É fundamental uma vigilância constante para assegurar que essa base curricular sirva ao propósito de fortalecer uma educação pública de qualidade, inclusiva e emancipatória, e não se torne um instrumento para aprofundar desigualdades e atender primariamente às demandas do mercado.

“Eu” empreendedor e “Eu” real

No contexto do empreendedorismo, a ênfase na construção do "Eu" empreendedor destaca um indivíduo altamente produtivo, resiliente e adaptável às mudanças do mercado. No entanto, essa construção pode ser vista como mistificação, pois ignora as condições sociais e econômicas que moldam a vida do “Eu” real.

Na perspectiva neoliberal em relação ao papel do indivíduo na sociedade contemporânea, destaca-se a ênfase na auto responsabilidade e autogestão. Nesse contexto, o sujeito é encarado como responsável por moldar sua própria trajetória de vida, sendo esperado que assuma o controle não apenas de sua esfera pessoal, mas também de sua carreira e sucesso econômico. A promoção da produtividade e do trabalho é um pilar fundamental, considerando que o neoliberalismo valoriza a ideia de que o esforço individual é fundamental para alcançar as metas econômicas.

[...] o sujeito neoliberal deve, constantemente, zelar de si mesmo, buscando sempre se aperfeiçoar, estar envolvido com o trabalho, ser altamente produtivo, resiliente e capaz de se adaptar às constantes mudanças. Em outras

palavras, trata-se de um empreendedor-trabalhador, que, para além de ser um indivíduo qualificado, necessita dispor de um conjunto de competências, como o otimismo, flexibilidade, resiliência, proatividade, persistência, iniciativa, entre outras, responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso pessoal e econômico (Caetano, 2021, p. 112).

A valorização excessiva do empreendedorismo pode desvalorizar o trabalho assalariado e os direitos trabalhistas, contribuindo para a precarização do emprego, assim segundo a autora Caetano (2021, p. 112) "na aparência, esse indivíduo é um empresário, mas, na essência, ele é um trabalhador pressionado, pelo contexto histórico, a assumir uma forma específica de vender sua força de trabalho sem garantias sociais", ou seja, esse indivíduo que, à primeira vista, parece ser um empresário, mas, na realidade, é mais semelhante a um trabalhador. O texto destaca que, devido ao contexto histórico, esse indivíduo é pressionado a adotar um papel específico de vender sua força de trabalho, sem desfrutar das garantias sociais associadas, tradicionalmente, aos trabalhadores assalariados. Em essência, a aparência empreendedora pode ser uma resposta às circunstâncias e a falta de garantias sociais sugere uma precariedade na sua situação laboral.

Por conseguinte, nas análises de Puello-Socarrás (2021, p. 42), o autor analisa que o empreendedorismo tem sido colocado em pauta, estabelecendo regras e parâmetros neoliberais a serem seguidos. Essa visão do empreendedorismo como um princípio orientador sugere que a mentalidade empreendedora não se limita apenas ao contexto dos negócios, mas permeia diversas esferas da sociedade.

As contribuições históricas do neoliberalismo austríaco e as emergentes do neoliberalismo italiano: Escola de Milão e os Bocconi boys (Blyth, 2014; Nicoli; Paltrinieri, 2019) dentro do ressurgimento do “empreendedor”, suas teorias e suas práxis. Trata-se não só de referentes (normativos e cognitivos) para a reorganização dos aparatos estatais e a reestruturação das políticas públicas. O empreendedor e o “espírito” do empreendedorismo têm se posicionado como princípio antropológico guia de dinâmicas sociais, econômicas, culturais, políticas. A chamada “acumulação empreendedora” (Puello-Socarrás, 2019) (Puello-Socarrás, 2021, p. 46).

Essa perspectiva está relacionada ao empreendedorismo na educação, no qual o “espírito” empreendedor de si é frequentemente promovido como uma habilidade essencial para os alunos. Além disso, o papel do Estado na promoção do empreendedorismo e na formação de mercados tem implicações para que as políticas educacionais fomentem o ensino pautado em projetos sob a lógica do eu empreendedor, ancorados em uma proposta curricular que tem o empreendedorismo como pilar.

Nesse contexto, essa perspectiva pode ser interpretada como a promoção do empreendedorismo não apenas como uma habilidade prática, mas como um conjunto de valores e atitudes que orientam a forma como os indivíduos enfrentam desafios, buscam oportunidades e reproduzem mecanismos denominados de avanço social e econômico. Assim, o empreendedorismo é visto como um princípio orientador das políticas educacionais atuais, que influencia a forma como os indivíduos se relacionam com o ambiente que os cerca, incluindo o contexto educacional.

Como dito, o foco no empreendedorismo pode ter várias implicações sociais e econômicas que merecem consideração. Ao colocar uma ênfase desproporcional no empreendedorismo, há o risco de desvalorizar o trabalho assalariado e subestimar a importância dos trabalhadores. A precarização do trabalho, muitas vezes associada à busca de flexibilidade e inovação, resulta em condições menos seguras e estáveis para os trabalhadores. A ênfase na flexibilidade pode levar a contratos de trabalho inconstantes e intermitentes, salários mais baixos e falta de benefícios, contribuindo para a insegurança financeira e emocional dos trabalhadores. Pondera Caetano (2021, p. 112) que a “[...] a ideologia da liberdade e do empreendedorismo torna o trabalhador empreendedor dele mesmo ao custo do trabalho precarizado, das formas de gerenciamento e do controle sobre o trabalhador e seu trabalho, sem vínculo empregatício ou responsabilidade por parte do empresário ou da empresa”.

Desse modo, a concepção de empreendedorismo deve estar alicerçada na concepção de Estado Empreendedor, do mundo visto como uma empresa e das relações entre trabalho e capital, no qual os trabalhadores nesse contexto são denominados de sujeito empresarial e/ou sujeito neoliberal, ou mesmo o empreendedor de si (Dardot; Laval, 2016), como complementa Han (2018, p. 89) “[...] O sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se auto explora. Ao mesmo tempo, é um fiscalizador de si próprio. Um sujeito autoexplorador traz consigo um campo de trabalhos forçados, no qual é ao mesmo tempo carrasco e vítima”.

Portanto, promover uma educação crítica sobre empreendedorismo é essencial para desenvolver uma compreensão mais equilibrada e informada sobre o tema. Isso implica questionar a narrativa dominante que muitas vezes idealiza e apregoa positivamente o empreendedorismo, sem considerar as complexidades sociais, desiguais e econômicas envolvidas. Incluir discussões sobre ética nos negócios, igualdade de oportunidades, direitos humanos e trabalhistas, responsabilidade social e impactos econômicos ajudam a fornecer uma visão mais completa do empreendedorismo e seus efeitos na sociedade.

Considerações finais

Ao encerrar as análises aqui mediadas, por meio das categorias totalidade histórica, contradição e hegemonia, buscou-se subsídios teóricos para a compreensão das mudanças econômicas na era da mundialização do capital, especialmente após a grande recessão a partir de 2008. Priorizou-se estabelecer uma relação com a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas envolvidas, a fim de analisar os mecanismos de constituição do projeto sociopolítico para a educação. A reconfiguração do neoliberalismo e determinações no papel do Estado com valores pautados na teoria da Pós-Nova Gestão Pública, intensificaram a presença da narrativa do “empreendedor de si” nas reformas curriculares da educação básica.

Essa dinâmica demonstra que o contexto educacional público tem sido alvo de interesses do setor privado, imperando a defesa do aprimoramento da qualidade do ensino e da preparação dos alunos para ingressarem no mercado de trabalho. Contudo, a influência neoliberal nos suscitam preocupações sobre a privatização da educação, o esvaziamento de conteúdos, o reducionismo educacional e a possível utilização da BNCC com interesses mercadológicos.

O ensino pautado no empreendedorismo para a construção do "Eu" empreendedor enfatiza um indivíduo altamente produtivo, mas negligencia a conscientização quanto aos aspectos sociais e econômicos que realmente moldam a vida das pessoas, ou seja, o “Eu” real. A supervalorização do empreendedorismo presente como conteúdo na BNCC pode contribuir ainda mais na formação de trabalhadores precarizados e a desvalorização do trabalho assalariado, resultando em uma situação de insegurança laboral. A análise destacou a preocupação com a influência do discurso empreendedor na educação básica, apontando para os riscos de privatização do ensino a partir de orientações a respeito das práticas pedagógicas, dos currículos escolares e da formação dos alunos, com o fito de demonstrar que o projeto sociopolítico para a educação representa a hegemonia e a reprodução dos anseios capitalistas.

Diante deste cenário, é fundamental manter uma vigilância constante para garantir que uma educação pública de qualidade, inclusiva e emancipatória, não se torne um instrumento para aprofundar desigualdades e priorizar, exclusivamente, demandas do mercado. A ênfase no "Eu" empreendedor reflete apenas uma visão neoliberal do indivíduo como responsável por sua própria trajetória de vida e sucesso econômico.

O discurso empreendedor no contexto educacional é uma forma de continuidade do projeto sociopolítico do capital e, neste sentido, há limites que impedem no tempo presente, a comprovação dos impactos dessa proposta. Todavia, urge-se por acompanharmos os resultados

dessa reforma devastadora, mediante novos esforços de pesquisas que monitorem as mudanças que possam ocorrer.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. M. F. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990** [Meio Eletrônico]. Brasília, DF: ANPAE, 2022.
- AMARANTE, L; MOREIRA, J. A. Silva. Políticas curriculares para alfabetização: questões e dilemas a partir da BNCC. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2019.
- ANDRADE, M. C. Base Nacional Comum, Setores Dominantes e Guerra Cultural. *In*: LEHER, R. (org.) **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. Trabalho Encomendado GT11. Política de Educação Superior. *In*: Reunião Nacional da ANPED, 38., 2017. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCEIEF110518versaofinalsite.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BUCIOLI, E. R.; MOREIRA, J. A. S.; JANUARIO, E. R. Políticas curriculares e o empreendedorismo no contexto da globalização econômica. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 147-162, 2022.
- CAETANO, M. R. BNCC e Empreendedorismo: O Conteúdo da Política Educacional em Disputa. *In*: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J.; LIMA, P. V. (org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021. p. 107-124.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1979.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, R. Q. Direitos sociais em tempos de neoliberais: a constituição de 1988 e a crise permanente. **UnB**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/download/22369/20382/40102>. Acesso em: 18 dez. 2023.

EVANS, T. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **RTM**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

FREITAS, L.C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HAN, B. C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. São Paulo: Editora Âyiné, 2018.

MOREIRA, J. A. S. Pressupostos históricos e políticos do financiamento da educação básica no Brasil. *In: Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil*. Maringá, PR: EDUEM, 2015. p. 47-75.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAAE**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PIRES, D. O. Da transição democrática incompleta ao avanço do conservadorismo: consequências para a democratização da educação. *In: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J.; LIMA, P. V. (org.). Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina*. [S. l.: s. n.], 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo Neoliberalismo: Arquitetônica Estatal no Capitalismo do Século XXI. **REAd. Rev. eletrôn. Adm**, Porto Alegre, v. 27, n. 01, p. 35-65, 2021. DOI: 10.1590/1413-2311.309.111147.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. A Chamada “Acumulação” Empreendedora: o Estado Empreendedor do Novo Neoliberalismo no século XXI. **REPOD - Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1133-1155, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69423/36094>. Acesso em: 18 dez. 2023.

TONELO, I. **No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 14 dez. 2023.

Reconhecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio da bolsa de Doutorado da Doutoranda Sandra Aparecida Ortiz Larrosa. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa. Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo auxílio da bolsa de tutoria da Dr^a Jani Alves da Silva Moreira.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não aplicável.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: O presente artigo é resultado da pesquisa institucional do macroprojeto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI) e recebeu contribuições das autoras, após estudos realizados na disciplina "Políticas Educacionais e a Relação Público-Privada na Educação", da linha de pesquisa "História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas" do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM. O curso proporcionou um espaço profícuo para análises críticas e reflexões aprofundadas sobre a dinâmica entre setores público e privado no contexto educacional contemporâneo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

